

1

Introdução

Nos últimos 15 anos, o grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro vem aumentando quase que monotonicamente, tendo permanecido estável nos últimos dois anos em torno de 60% da população economicamente ativa. Este fenômeno impressiona não só pela grandeza como também pela persistência, levando a uma pergunta inevitável: o que está acontecendo e por quê?

Freqüentemente se aponta os elevados custos decorrentes da legislação trabalhista e o desenho inadequado das instituições do mercado de trabalho como principais responsáveis pela evolução e a intensidade da informalidade no Brasil. Se de fato estes fatores estão desempenhando um papel importante no fenômeno considerado, o crescimento observado do setor informal pode ser explicado de duas formas. A primeira seria considerar que os elevados custos de contratação e demissão, bem como os custos não-salariais do trabalho, restringem a capacidade de absorção de mão-de-obra do setor formal e, conseqüentemente, há um racionamento de contratos formais. Nesse caso, existiria uma segmentação no mercado de trabalho que estaria sendo induzida pela legislação e, caso lhes fosse dada a escolha, os trabalhadores informais prefeririam um emprego no setor formal. Nesse sentido, alguns analistas argumentam que um dos fatores de maior preocupação diante do elevado grau de informalidade no Brasil é o fato de os trabalhadores informais não se beneficiarem da proteção concedida pela legislação trabalhista. De acordo com esta visão, a informalidade está associada a uma perda de bem-estar por parte dos trabalhadores.

A segunda possibilidade seria supor que pode ser mais vantajoso para empregadores e trabalhadores firmar contratos à margem da legislação e, nesse caso, a informalidade seria uma conseqüência dos incentivos gerados pelas instituições do mercado de trabalho. A informalidade, neste contexto, seria uma escolha racional de ambos os agentes e não implicaria necessariamente uma perda de bem-estar por parte dos trabalhadores ou a precariedade dos postos de trabalho.

Ela pode ser consequência das escolhas dos indivíduos e, nesse caso, não deveria ser um fator de preocupação *per se*, pois não significaria uma desproteção ou uma perda de utilidade por parte dos trabalhadores.

O objetivo deste estudo é trazer uma contribuição para este debate, analisando em que medida as instituições do mercado de trabalho podem ser responsabilizadas pelo processo de elevação no grau de informalidade observado ao longo da década de 90. Além disso, avalia-se seus possíveis impactos sobre o nível e a composição do emprego, sobre o grau de segmentação do mercado de trabalho, sobre o diferencial de salários entre os setores formal e informal e sobre o bem-estar da economia. O locus de análise é o mercado de trabalho e o foco recai sobre as decisões de oferta e demanda por mão-de-obra em ambos os setores, e como elas são afetadas por mudanças institucionais.

Para tanto, desenvolve-se um modelo de *matching* com dois setores - formal e informal - que considera explicitamente algumas das principais características institucionais do mercado de trabalho brasileiro. O setor informal é definido como o conjunto de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada excluindo, portanto, os trabalhadores por conta-própria. A opção por este corte analítico se deve ao fato de estas duas categorias de trabalhadores serem muito distintas entre si, ainda que comumente tratadas conjunta e indistintamente sob o rótulo de "trabalho informal".

O modelo apresentado é de equilíbrio geral, no sentido que a composição do emprego, a taxa de desemprego e os salários são determinados endogenamente. A estrutura de *matching* é importante para os objetivos da análise, pois ela enfatiza tanto o lado da demanda quanto o lado da oferta do mercado de trabalho. O nível e a composição do emprego não são determinados unilateralmente pela demanda das firmas, o comportamento dos trabalhadores afeta o resultado de equilíbrio através de sua busca por trabalho em ambos os setores e através do seu papel na negociação de salários. Tanto firmas quanto trabalhadores se deparam com *tradeoffs* na escolha do setor em que irão se alocar e as condições de oferta e demanda por trabalho em ambos os setores afetam diretamente a decisão dos agentes: embora o setor informal seja mais instável ele também é mais flexível, de forma que as firmas encontram trabalhadores com mais facilidade e estes encontram empregos mais rapidamente.

A inclusão de fricções no mercado de trabalho através da estrutura de *matching* eleva significativamente o nível de complexidade do modelo e torna-se muito mais difícil obter resultados de estática comparativa que não sejam ambíguos. Contudo, o objetivo final é a realização de simulações dos efeitos de mudanças institucionais sobre o desempenho do mercado de trabalho e, portanto, o modelo deve ser capaz de captar seus principais elementos. Além disso, esta estrutura permite fazer inferências diretas a respeito dos impactos da legislação sobre o processo de decisão de escolha setorial de firmas e trabalhadores.

Este trabalho está relacionado com dois segmentos distintos da literatura. Por um lado, o modelo desenvolvido no Capítulo 3 se relaciona com alguns trabalhos que, mais recentemente, vêm tentando conciliar vários dos aspectos relativos à informalidade, analisando de forma integrada as interações entre as decisões de firmas e trabalhadores no mercado de trabalho (ver Seção 2.4 a seguir para uma discussão mais detalhada). Por outro lado, as simulações apresentadas no Capítulo 4 estão relacionadas com uma série de trabalhos empíricos da literatura nacional que analisam diferentes aspectos relativos à informalidade no mercado de trabalho no Brasil, entre os quais: a existência (ou não) de diferenciais de salários entre trabalhadores formais e informais, a escolha setorial dos trabalhadores (setor formal *versus* informal) e a hipótese de existência segmentação (ver seção 2.3 a seguir).

O restante desta dissertação está estruturado da seguinte forma. O Capítulo 2 apresenta uma resenha da literatura nacional e, em menor medida, da literatura internacional relativa à informalidade no mercado de trabalho. O objetivo desta resenha é organizar e discutir os principais trabalhos já realizados, bem como contextualizar a presente contribuição. O Capítulo 3 desenvolve o modelo teórico e discute seus principais aspectos. O Capítulo 4, utilizando o modelo desenvolvido no Capítulo 3, apresenta e discute os resultados das simulações de mudanças institucionais no mercado de trabalho brasileiro. O Capítulo 5 conclui.